

AS AÇÕES ESTATAIS E A SEGREGAÇÃO NA CIDADE DE BARROCAS-BA

Lucileia Silva Cardoso

Estudante de graduação UNEB Campus XI
lucicleiageografia@yahoo.com.br

Prof. Msc. Jean Santos

Prof. Auxiliar/UNEB Campus XI
Orientador da pesquisa
jeansantos26@yahoo.com.br

RESUMO

O presente trabalho discute as ações estatais na promoção da segregação socioespacial em Barrocas, uma pequena cidade localizada no Nordeste baiano, mas precisamente na Microrregião de Serrinha, levando em consideração o papel do Estado na produção e organização do espaço urbano nesta cidade, a partir de sua emancipação política no ano de 2000. Para isto, procurou-se compreender de que forma estas ações estatais produzem segregação no espaço estudado. O trabalho foi desenvolvido a partir do entendimento de que o poder público municipal enquanto uma forma de Estado é responsável por diversas modificações que ocorrem no espaço urbano. As análises foram feitas a partir de discussões teóricas e empíricas, bem como por meio de informações concedidas pelo poder público municipal, as quais permitiram a compreensão das estratégias e práticas adotadas por este Estado na organização do espaço urbano de Barrocas. Percebeu-se que a construção de um conjunto habitacional e da nova escola estadual da cidade revela tanto as estratégias do Estado para o crescimento do espaço urbano, quanto as ações deste na promoção da segregação socioespacial na cidade.

Palavras-chave: Estado; segregação socioespacial; organização espacial.

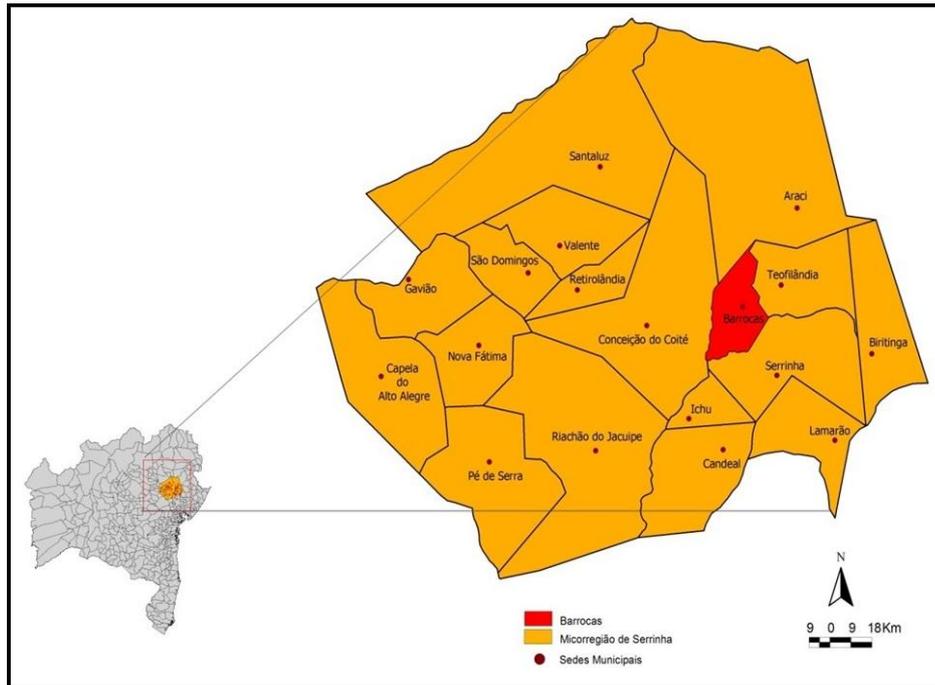
1 INTRODUÇÃO

O presente artigo busca analisar aspectos da segregação socioespacial na cidade de Barrocas a partir da atuação do Estado, este manifestado pelo poder público municipal. Neste diálogo, cidade e espaço urbano são sinônimos. Assim, o objetivo principal deste trabalho foi identificar e compreender as ações estatais que produzem a segregação socioespacial na cidade. O alcance do objetivo proposto se deu mediante levantamento bibliográfico referente à temática em estudo, além de observações *in locu*, entrevistas com representantes do poder público municipal, análise de documento e registros fotográficos.

Barrocas é considerada uma cidade pequena e seu município está inserido na Mesorregião Nordeste Baiano, mas precisamente na Microrregião de Serrinha (Figura 01). Possui uma área territorial de 201 km² e conta com uma população absoluta de 14.189 habitantes. Deste total, 5.693 encontram-se na cidade e 8.469 na zona rural, segundo dados do Censo do IBGE 2010.

Barrocas foi emancipada em 30 de março 2000 desmembrando-se do município de Serrinha pela Lei Estadual nº 7.320/2000 de 30 de março de 2000. Porém, antes disto Barrocas já havia sido considerada município em momentos anteriores (1985), mas voltou à condição de distrito de Serrinha em 1988, devido seu processo de emancipação promulgado pela Lei Estadual 4.444/85 ser considerado como inconstitucional¹.

¹A anulação da Lei Estadual 4.444/85 em 21 de abril de 1988 se deu devido seu processo ser considerado como inconstitucional, já que, não cumpriu as normas Federais, sendo desconsiderado pelo Supremo Tribunal Federal sob argumentação de que não exerceu a deliberação constitucional de tributar com o mínimo de 0,005 (cinco milésimo) da arrecadação do Estado, além de fatores relacionados aos limites territoriais do município (QUEIROZ, 2009, p. 79).



Fonte: QUEIROZ, Marcos Oliveira, 2009.

Figura 01 - Localização da área de estudo a partir da Microrregião de Serrinha.

O ano de emancipação política de Barrocas marca um novo período na história da cidade e desde então pode-se observar grandes transformações no que tange ao seu espaço urbano com reformas, construções de praças, escolas, centro de abastecimento, rede de esgoto, rede elétrica, dentre outras práticas espaciais. Entre estas transformações encontra-se inserido a construção do Conjunto Habitacional Alto do Ipê, o qual revela a formação de espaços de segregação na cidade.

2 AS AÇÕES ESTATAIS E A SEGREGAÇÃO NA CIDADE

Os objetos geográficos em concentração no espaço citadino são responsáveis por favorecer a acomodação de pessoas próximas umas das outras, o que propicia a estimulação das relações sociais. Mas essa acomodação dos indivíduos, muitas vezes, está relacionada com a estruturação em classes, própria do sistema capitalista, responsável pelas disparidades socioespaciais, tão percebidas nos espaços urbanos.

Estas disparidades geram áreas uniformizadas internamente pelas características residenciais, como por exemplo, áreas caracterizadas por bairros de operários. Ao processo espacial de

uniformização destas áreas Corrêa (2005) denomina de segregação, que refere-se em especial, às questões de moradia.

Segundo o mesmo autor, as áreas segregadas são diferenciadas pela capacidade que os grupos sociais possuem em pagar pela residência que ocupa e pelo terreno em que esta residência encontra-se inserida, sendo possível defini-las como uma área de segregação socioespacial, uma vez que contribuem para a distinção entre a distribuição da renda de uma dada população, em que os indivíduos com maior poder aquisitivo tendem a ocupar áreas acessíveis, próximas dos serviços urbanos e das amenidades físicas, o que lhes possibilita uma boa qualidade de vida, ocorrendo o contrário com indivíduos pobres. Como infere Corrêa (2005, p. 133), “os terrenos de maior valor são ocupados pelas melhores residências, enquanto à medida que o valor da terra diminui, a qualidade das residências diminui”.

Assim, em consonância com Corrêa (2005), mesmo não sendo uma regra geral, a formação pessoal de cada um, seus valores e costumes vão estar relacionados com o seu meio de vivência, ou seja, a condição de cada pessoa em relação à qualidade da residência e do local desta residência permite que os mesmos tenham acessos diferenciados à educação, à saúde, às infraestruturas, às relações afetivas, entre outros elementos da realidade urbana.

Para Lojkine (1981, p. 167), existem três tipos de segregação.

- 1) Uma oposição entre o centro, onde o preço do solo é o mais alto, e a periferia. [...]
- 2) Uma separação crescente entre as zonas e moradias reservadas às camadas sociais mais privilegiadas e as zonas de moradia popular.
- 3) Um esfacelamento generalizado das ‘funções urbanas’, disseminadas em zonas geograficamente distintas e cada vez mais especializadas: zonas de escritórios, zona industrial, zona de moradia, etc. (LOJKINE, 1981, p. 167).

Diante da contribuição de Lojkine, verificou-se que na cidade de Barrocas há um predomínio do primeiro tipo de segregação definida pelo autor, que se trata da oposição centro-periferia. Nesse caso, é possível levar em consideração a construção de um conjunto habitacional e sua localização. Como afirma Corrêa (2002), a construção de habitações é umas das formas de intervenção direta do Estado que contribui para a promoção da segregação nas cidades.

O conjunto habitacional ao qual se refere, na cidade de Barrocas, é o Conjunto Habitacional Alto do Ipê, localizado em uma área bastante afastada do centro da cidade como pode ser visto nas figuras 02 e 04, inaugurado no ano de 2005 com aproximadamente 100 residências. Em entrevista, o ex vice-prefeito foi interrogado sobre a localização dessas habitações e se essa prática configura-se, na opinião dele, como uma área de segregação socioespacial. Para o

mesmo, a área não simboliza uma segregação, mas foi construída naquele local para atender às exigências do Governo Federal, que propunha a construção em uma área livre e espaçosa e dessa forma, não existindo uma área mais próxima do centro, foi construído no local em que se encontra.



Fonte: MOTA, Joseval, ex vice-prefeito, 2010.

Figura 02: Conjunto Habitacional Alto do Ipê

Porém, ao entrevistar o ex-prefeito o mesmo relatou que o conjunto habitacional foi construído naquele local como estratégia para promover o crescimento da cidade para aquela direção. Além disso, foi construído também ao lado do conjunto habitacional o colégio estadual da cidade (Figura 03). Em momentos anteriores esta escola ficava localizada na praça principal, mas com a necessidade de se construir uma nova escola, optou-se por integrá-la ao Alto do Ipê, atraindo assim população e comerciantes e promovendo o crescimento da cidade. Como justificativa da escolha do espaço o ex-prefeito disse que se trata de uma das áreas mais bem localizadas da cidade, com bons solos e espaço suficiente para expandir-se. Para viabilizar ainda mais o processo de expansão da área foram abertas novas ruas e avenidas de acesso ao local.



Fonte: CARDOSO, Lucicleia Silva, 2011.

Figura 03: Escola estadual no Alto do Ipê.

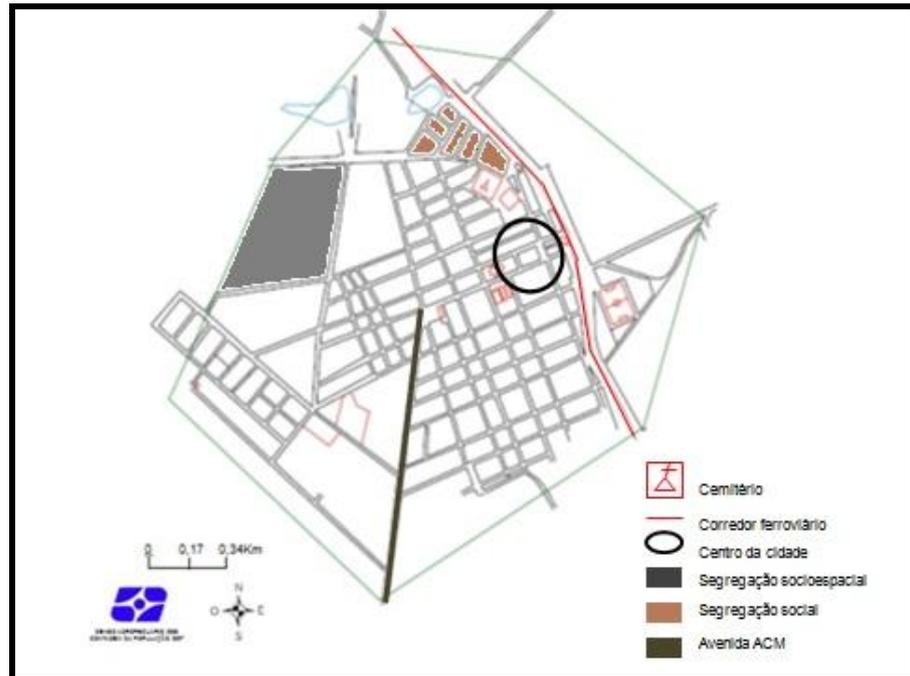
O afastamento do centro por si só não é capaz de explicar a totalidade da dinâmica da segregação socioespacial, é necessário um olhar mais detalhado sobre esse tipo de atuação significativa do Estado na constituição dos espaços da cidade. A segregação socioespacial está atrelada não apenas a um fator, mas a um conjunto de características relacionadas a dois quesitos principais: renda e urbanização (CORRÊA, 2002). Com relação à renda há o fato de cada indivíduo ocupar a residência em que o mesmo pode pagar que também mantém estreita relação com a urbanização de uma dada porção do espaço e até mesmo com o grau de instrução de cada um. Ou seja, a partir do momento em que o Estado viabiliza a urbanização de uma dada área, com implementação de infraestruturas adequadas, áreas verdes e de lazer, fomenta o comércio e a cultura, a educação, a saúde, entre outros, o acesso a essa área em termos de moradia se restringirá a um determinado grupo de uma dada classe social.

Por sua vez, essa classe social será aquela que possui mais recursos financeiros e maior escolaridade, portanto bom emprego e boa fonte de renda. Na maioria dos casos também está relacionado com fatores históricos e sociais como os grupos de operários ou imigrantes de uma dada região que se instalam nas cidades, formando assim os bairros de imigrantes, os bairros de operários, etc. Percebe-se que a segregação está intimamente ligada às classes sociais e por relacionar-se com a estruturação em classes da sociedade capitalista é possível afirmar que o capital e o Estado são grandes responsáveis pela segregação.

Diante dessa discussão, bem como das figuras apresentadas é possível afirmar que atualmente o Conjunto Habitacional Alto do Ipê caracteriza-se como uma área de segregação socioespacial, não apenas pela distância que representa do centro da cidade, mas pelo nível socioeconômico de seus habitantes que não possuem condições para obter uma melhor residência em um espaço mais bem localizado e pelo distanciamento dos equipamentos de consumo coletivo como hospitais, postos de saúde, praças, comércio e outros. Há ainda o fato de existir uma carência na infraestrutura do local, principalmente com relação à falta de pavimentação das ruas que liga o seu entorno.

No momento histórico de determinação da escolha deste local para a construção do conjunto habitacional, a produção do espaço foi pensada estrategicamente, optando por posicionar os menos favorecidos na periferia. Esta estratégia pode trazer inúmeras possibilidades, uma delas é que se a proposta do poder público municipal de que a cidade cresça naquele sentido realizar-se, pode-se presumir que daqui a alguns anos essa segregação seja diminuída ou até mesmo eliminada, pois acabará atraindo comerciantes e população mais abastada, o próprio Estado poderá alocar a infraestrutura e serviços necessários valorizando o solo e seus habitantes não precisarão mais se deslocar tanto para o centro em busca desses serviços.

O segundo tipo de segregação de que trata Lojkine (1981) também pode ser visto em Barrocas na forma de segregação social. Quando Barrocas passou a ser cidade, seus gestores consideraram uma determinada área do seu território, mesmo localizada próxima ao centro, como “área problema”, devido às condições precárias de habitação e por abrigar uma população mais carente que, mesmo residindo nas proximidades do centro, tem acesso limitado aos serviços básicos necessários a uma boa qualidade de vida. Esta área compreende parte do corredor ferroviário e imediações do chamado barracamento e áreas próximas ao cemitério como pode-se observar nas figuras 04 e 05.



Fonte: IBGE, 2007, trabalho de campo, jan/mar 2011.
 Adaptação: CARDOSO, Lucicleia Silva.

Figura 04: Espacialização da segregação na cidade de Barrocas

Ao analisar a Lei do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do município viu-se que a mesma contém alguns projetos estratégicos para o crescimento e desenvolvimento do espaço urbano de Barrocas, objetivando melhorar e corrigir a estrutura urbanística e a estrutura econômica da cidade. Um destes projetos visa cuidar desta área de segregação social, com melhorias na urbanização, entre outros fatores, fazendo com que seus moradores fossem mais inseridos no contexto urbano.



Fonte: CARDOSO, Lucicleia Silva, 2011.

Figura 05: Aspectos da segregação social na cidade

O projeto foi implementado no local como previsto, minimizando as carências físicas, mas o local continua sendo considerado como um dos mais segregados socialmente, abrigando moradores de baixa renda e em residências simples, ao contrário da entrada principal da cidade, em que se vê cada vez mais habitações de alto padrão econômico. Investigando essa situação, chegou-se a conclusão de que alguns fatores físicos são responsáveis pela desvalorização da área. Segundo o ex-prefeito em entrevista, a área em questão é um local que alaga nos tempos de chuva por ser uma área de “baixadas”, ou seja, comporta um rio temporário que corta a cidade logo abaixo da linha férrea, o que contribui para que a população menos abastada ocupe esses locais, devido ao aumento relativamente baixo destes terrenos em relação a outros mais centrais, ou mesmo como é o caso daqueles nas proximidades da Avenida Antonio Carlos Magalhães, especializada na figura 05, em que seus terrenos vem sendo cada vez mais valorizados.

Em entrevista, foi relatado pelo ex-prefeito que essa valorização na Avenida ACM e seu entorno se deu de forma espontânea devido à aparência do local que atraiu a população, principalmente com a duplicação da pista. Com a demanda crescente, o proprietário dos terrenos aumentou o preço dos lotes.

Numa visão imediata e simplista, o que se vê é uma valorização espontânea, em que as pessoas que possuem maior poder aquisitivo compraram ou compram os lotes pelo preço

sugerido por ser um local de fácil acesso e bem localizado. Mas deve-se levar em consideração que até pouco tempo atrás aquela área possuía muito pouca infraestrutura. A partir do momento em que se passou a construir várias casas, o poder público municipal atuou com a abertura de novas ruas, pavimentação, iluminação e rede de esgoto, o que permitiu ainda mais a valorização desta área, principalmente, por que situa-se próximo ao local em que se projetou o desenvolvimento de um Centro Industrial Urbano.

A partir do que foi visto sobre a atuação do Estado na produção e organização do espaço urbano em Barrocas, vale ressaltar que para Corrêa (2002, p. 24), esse Estado pode atuar “diretamente como grande industrial, consumidor de espaço e de localizações específicas, proprietário fundiário e promotor imobiliário, sem deixar de ser também agente de regulação do uso do solo”. Dessa forma, considera-se que a análise dessa atuação se torna muito complexa, por integrar ações que muitas vezes se confundem com o movimento natural da sociedade. São instrumentos estratégicos capazes de mascarar a própria atuação desse Estado. Assim, em Barrocas, os principais instrumentos que foram vistos na atuação do Estado sobre a produção e organização do seu espaço urbano desde o ano de sua emancipação pode ser descrito nas próprias palavras de Corrêa (2002, p. 25) quando ele enfatiza que entre outras práticas, o Estado dispõe da

[...] regulamentação do uso do solo e limitação da superfície da terra de que cada um pode se apropriar; controle e limitação dos preços da terra; impostos fundiários e imobiliários que podem variar segundo a dimensão do imóvel, uso da terra e localização; mobilização de reservas fundiárias públicas, afetando o preço da terra e orientando espacialmente a ocupação do espaço; investimento público na produção do espaço, através de obra de drenagem, desmontes, aterros e implantação da infraestrutura [...] (CORRÊA, 2002, p. 25).

Assim, essas ações desempenhadas pelo Estado criam e recriam formas, atribuindo ao espaço da cidade seu tipo de organização, que ao mesmo tempo permite a inserção de novas funções dinamizando a mesma de maneira significativa, pois a partir da regulamentação e controle do uso do solo, dos impostos fundiários e imobiliários que variam de acordo com a localização e o tipo do imóvel, das orientações de ocupação urbana através do zoneamento, ocorre à expansão do território do espaço urbano e de seus limites fazendo surgir novas casas comerciais e de moradia, como é o caso do Conjunto Habitacional Alto do Ipê e de tantas outras formas criadas pelo poder público municipal que passam assim a dinamizar cada vez mais o espaço das pequenas cidades.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebeu-se, através deste estudo, que o poder público municipal, enquanto uma forma de Estado estabelece várias estratégias que refletem na produção e organização do espaço urbano de Barrocas, confirmando ao mesmo tempo a sua participação na promoção de espaços de segregação na cidade.

Assim, identificar e compreender as ações estatais que produzem a segregação socioespacial em Barrocas foi fundamental para a compreensão de como o espaço desta pequena cidade tem sido influenciado por esse poderoso agente, mostrando também que não só as grandes cidades merecem destaque nos estudos geográficos, mas, sobretudo, as pequenas, por revelarem em seus domínios as especificidades que são cada vez mais importantes para o estudo da totalidade.

4 REFERÊNCIAS

CÂMARA MUNICIPAL DE BARROCAS. **Lei-076 do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano**. Barrocas, 2004.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. 4ª ed. - São Paulo: Atica, 2002.

_____. **Trajetórias geográficas**. 3ª ed.- Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

LOJKINE, Jean. **O Estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.